

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.838 - SP (2019/0182734-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : JOSÉ ROBERTO DA SILVA  
**ADVOGADO** : NOEMIA APARECIDA PEREIRA VIEIRA E OUTRO(S) - SP104016  
**AGRAVADO** : BANCO SANTANDER BRASIL S/A  
**ADVOGADOS** : DANIEL SIRCILLI MOTTA - SP235506  
CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR - SP247319  
JOÃO HENRIQUE CONTE RAMALHO - SP304900  
BRUNO FERNANDO DOS SANTOS MALTA - SP345718

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 530):

Ação de prestação de contas - Procedimento especial de jurisdição contenciosa que visa dirimir incertezas surgidas a partir da administração de bens, negócios e interesses alheios - Arts. 914 a - 919 do CPC/73, atual artigos 550 a 553 do CPC - Lide de natureza e finalidade específica - Contratos bancários (conta corrente, mutuo, cartão de crédito e investimento) - Desvio de interesse e adequação da ação em pretender aferir a legalidade dos encargos cobrados - STJ, REsp Repetitivo nº 1.293.558/PR - Regra de incidência - Artigo 543-C do CPC/73, art. 1036 do CPC.: *"Nos contratos de mútuo e financiamento, o devedor não possui interesse de agir para a ,ação de prestação de contas"* - Conta corrente bancária - Ausência de indicação de exemplos concretos de lançamentos não autorizados ou de origem desconhecida, com delimitação do período em relação ao qual há necessidade de prestação de contas - STJ, REsp. 98.626-SC - Desvio de adequação - Carência da ação por ausente pressuposto de validade e regularidade - Observância de decisão vinculante do TJ/SP - Incidente de Demandas Repetitivas do TJ/SP (nº 2121567-08.2016.8.26.0000 (Tema 3) - *"Impossibilidade de ajuizamento de ação de exigir contas por correntista de forma vaga e genérica - Necessidade de se apontar na inicial o indicativo dos lançamentos reputados indevidos e ou duvidosos e .o período exato em que ocorreram, com exposição dos motivos consistentes que justifiquem a provocação do Poder Judiciário"*.

Ação de Prestação de contas - Segunda fase - Contrato de mutuo - Saldo credor - Execução nos próprios autos - Possibilidade -

Natureza dúplice da ação de prestação de contas - Sentença que Constitui título executivo judicial - CPC artigo 552.

Recurso não provido, com observação.

Opostos os embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 545-547).

Nas razões de recurso especial, alega o ora agravante violação do art. 551, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta ser inaceitável a conclusão da Corte local de que as contas estão corretas e os documentos apresentados pelo banco recorrido suficientes, tendo em vista que "demonstrou em sua impugnação, detalhadamente, quais os valores que entende deveriam ser justificados pelo banco, eis que desacompanhados dos documentos autorizadores dos débitos, ou da respectiva contratação" (e-STJ, fl. 554).

Aduz que cabe à instituição financeira ora agravada justificar os lançamentos demonstrados, com a juntada aos autos não apenas dos contratos, mas também dos documentos representativos de cada lançamento na conta corrente.

Requer, outrossim, o provimento do recurso especial, a fim de que sejam devolvidos os autos à origem para que se determine o expurgo dos lançamentos não justificados documentalmente pelo banco, com a apresentação das solicitações, autorizações ou contratos.

Contrarrazões apresentadas às fls. 563-584 (e-STJ), pelo não provimento do recurso especial.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 587-588 (e-STJ).

Contraminuta às fls. 609-615 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Da análise dos autos, verifico que a alegada ofensa ao art. 551, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 não merece acolhida, eis que pretende rediscutir a

justiça da técnica da decisão do acórdão recorrido. Como sabido, o julgador é o destinatário das provas, cabendo-lhe decidir de forma soberana a formar o seu convencimento.

O Tribunal de origem assim se manifestou sobre a questão (e-STJ, fls. 532-535):

O provimento judicial almejado pelo autor na ação de prestação de contas é híbrido na medida em que encerra uma declaração, representada pelo dever de prestar contas, objeto da primeira fase, e uma condenação - qual seja, o pagamento do valor calculado a partir do resultado aritmético entre as receitas e despesas do réu na administração dos bens alheios -, sendo certo que as duas etapas somente podem ser cindidas para fins de análise teórica, pois, na prática processualista, devem ser examinadas como dois aspectos indissociáveis do mesmo procedimento.

E isso porque a ação de prestação de contas (CPC/73, art. 914 e segs.) advém de relação jurídica da qual resulta a obrigação daquele que administra negócios ou interesses alheios, servindo para aclarar o resultado da gestão (saldo credor ou devedor), podendo ser proposta por quem tem o direito de exigi-las ou por quem tem o dever de prestá-las, tendo como característica seu caráter dúplice e predominante função condenatória.

Em face disso, em princípio, bem pode o titular de conta-corrente bancária, presente o interesse processual, se valer da referida ação para exigir contas do banco (Súmula 259), pois a abertura de conta-corrente tem por pressuposto a entrega de recursos do correntista ao banco (depósito inicial e eventual abertura de limite de crédito), seguindo-se relação duradoura de sucessivos créditos e débitos, sendo vedada no entanto essa ação para os pactos de mutuo (crédito em conta).

E, por isso, por meio da prestação de contas, o banco deverá demonstrar os créditos (depósitos em favor do correntista) e os débitos efetivados em sua conta-corrente (cheques pagos, débitos de contas, tarifas e encargos, saques etc) ao longo da relação contratual, para que, ao final, se apure se o saldo da conta corrente é positivo ou negativo, vale dizer, se o correntista tem crédito ou, ao contrário, se está em débito.

Nesse sentido, a entrega de extratos periódicos aos correntistas não implica, por si só, falta de interesse de agir para o ajuizamento de prestação de contas, uma vez que podem não ser

suficientes para o esclarecimento de todos os lançamentos efetuados na conta-corrente.

Para tanto, como referida ação tem natureza e finalidade específica, de modo que é sem dúvida de que a petição inicial deve indicar exemplos m concretos de lançamentos não autorizados ou de origem desconhecida, com delimitação do período em relação ao qual há necessidade de prestação de contas, postulando sejam prestadas contas, em formato mercantil, no prazo legal de cinco dias, de todos lançamentos desde a abertura da conta-corrente até porque como refere a jurisprudência do STJ, "*soa absurdo, posto que não é crível que desde o início, em tudo, tenha havido erro ou suspeita de equívoco dos extratos já apresentados*" (REsp. 98.626-SC).

Confira-se a propósito o julgado no Incidente de Demandas Repetitivas do TJ/SP (nº 2121567-08.2016.8.26.0000 (Tema 3), onde se firmou a Tese de que em ação de prestação de contas ajuizada por correntista de instituição financeira - pedido genérico - "*Impossibilidade de ajuizamento de ação de exigir contas por correntista de forma vaga e genérica - Necessidade de se apontar na inicial o indicativo dos lançamentos reputados indevidos e ou duvidosos e o período exato em que ocorreram, com exposição dos motivos consistentes que justifiquem a provocação do Poder Judiciário*".

Então e por isso, no caso dos autos, como o vínculo contratual objeto da pretensão - conforme reclamo formulado na petição inicial - não diz respeito ao negócio de conta corrente, mas ao de mútuo - se não superada essa questão - implicaria isso ausente para o. autor a possibilidade jurídica pela via eleita, de exigir prestação de contas relativamente a esse negócio de empréstimo mesmo que vinculado à conta corrente - e bem assim, se fosse o caso, também do contrato simples de conta corrente - pois que em relação a esse, também seria o autor carecedor da ação, mas por ausente pressuposto de validade e regularidade.

É que, a pretensão deduzida na inicial, observado o argumentado pelo autor - e relatado pelo Juízo de Primeiro Grau na r. sentença - é voltada, na realidade, a aferir a legalidade de encargos cobrados (juros, taxas, tarifas, etc), de modo que deveria ter sido veiculada por meio de ação ordinária revisional de contrato de mutuo, cumulada ou não com repetição de eventual indébito, no curso da qual poderia ser requerida a exibição de documentos, caso esta

não tenha sido postulada em medida cautelar preparatória.

E isso até porque, embora cabível a ação de prestação de contas pelo titular de conta-corrente, independentemente do fornecimento extrajudicial de extratos detalhados, tal instrumento processual não se destina à revisão de cláusulas contratuais e não prescinde da indicação, na inicial, ao menos de período determinado em' relação ao qual busca esclarecimentos o correntista, com a exposição de motivos consistentes, ocorrências duvidosas em sua conta-corrente, que justificam a provocação do Poder Judiciário mediante ação de prestação de contas.

Nesse sentido os julgados já referidos e - porque relevante - o r. julgamento proferido. nos autos do IRDR TJ/SP, Tema 3, repita-se, ação de prestação de contas ajuizada por correntista de instituição financeira - pedido genérico - *"Impossibilidade de ajuizamento de ação de exigir contas por correntista de forma vaga e genérica - Necessidade de se apontar na inicial o indicativo dos lançamentos reputados indevidos e ou duvidosos e o período exato em que ocorreram, com exposição dos motivos consistentes que justifiquem a provocação do Poder Judiciário"*.

Por isso e como reconhece este E. Tribunal, ou seja, que eventual discussão sobre a cobrança de juros com base nas informações do Banco, é matéria que refoge dos limites da prestação de contas, cabendo ser tratada ação revisional ou declaratória de inexistência de débito como no caso em tela, dentre outras: *"Apelação 0002580-71.2011.8.26.0081, Relator(a): Flávio Cunha da Silva, 38ª Câmara de Direito Privado - APELAÇÃO. Ação de prestação de contas. Contratos bancários. Extinção do processo por inadequação da via eleita. Eventual revisão dos encargos contratuais cobrados deve ser postulada em sede de ação revisional e não em ação de prestação de contas; por não ser meio processual adequado. Inexistência do binômio necessidade-adequação. Recurso desprovido"*, tem-se por isso de rigor o reconhecimento do vício na pretensão por explicitar lide genérica, se entendendo ausente adequação à pretensão, uma vez fundada, em alegação de prática ao longo da relação creditícia de cobranças indevidas, bem como o fato de que o banco apresentou os contratos entabulados pelas partes e não ter como explicitar de eventual divergência pela forma vaga da alegação e não esclarecimento pelo correntista dos pontos específicos de divergência, seria o caso de ser extinta a ação, por ausente adequação da pretensão do autor e apelante, o que não se

reconhece aqui por superada a questão e em observância aos limites do recurso.

Veja-se, ademais, que sequer observou o autor a obrigação de indicação específica da dúvida de operação constante de lançamento efetuado pelo réu, a permitir a adequada resposta, satisfazendo assim o requisito específico da prestação de contas pela natureza simples do vínculo de conta corrente, pois mesmo que não se desconheça que ao Banco é possível se impor o dever de apresentação dos extratos bancários requeridos por correntista, no entanto, esse dever de exibição se sujeita à indicação adequada e específica de eventual desvio a justificar o procedimento, ou seja, cabia ao autor na petição inicial, indicar exemplos concretos de lançamentos não autorizados ou de origem desconhecida, com delimitação do período em relação ao qual há necessidade de prestação de contas (vide STJ, REsp. 98.626-SC).

Em decorrência, como incontestado o negócio de mútuo e disputa relativa à encargos e regra de vinculação, considerando a natureza da r. decisão vinculante do STJ, não se justifica - nos limites do apelo - a reversão do julgado, observado para tanto o teor da ementa do julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.293.558/PR, submetido ao procedimento do artigo 543-C do CPC/73 (art. 1036 do CPC), de relatoria do Ministro Luís Felipe Salomão, que se pronunciou definitivamente sobre o tema, reconhecendo a falta de interesse de agir do devedor em contratos de mútuo e financiamento para a propositura de ação de prestação de contas, *"Processo Civil. Recurso Especial Representativo de Controvérsia. Art. 543-C do CPC. Ação de prestação de contas. Contratos de mútuo e financiamento. Interesse de agir. Inadequação da via eleita. I. Para efeitos do art. 543-C do CPC, firma-se a seguinte tese: "Nos contratos de mútuo e financiamento, o devedor não possui interesse de agir para a ação de prestação de contas." 2. No caso concreto, recurso especial não provido"* (REsp nº 1.293.558/PR, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, Segunda Seção do C. STJ, j. 11/03/2015).

Por fim e como reconhecida a regularidade e legalidade do saldo credor, porque boas as contas prestadas, apurada a existência de débito em desfavor do autor e apelante, isso faz com que, reconhecida a natureza dúplice da ação de prestação de contas, no caso, declarada a existência de saldo em favor do réu, como credor, legal e possível desde logo se permitir ser cobrado referido montante nestes autos, por se constituir referida, sentença título executivo judicial (CPC artigo 552).

A desconstituição da conclusão do acórdão recorrido, acerca do conjunto probatório produzido nos autos, no sentido de serem revistas as contas prestadas, demandaria o reexame do acervo fático e probatório dos autos, procedimento que, em sede de especial, encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTROVÉRSIA SOBRE A REGULARIDADE DAS CONTAS APRESENTADAS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. A REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS É INCOMPATÍVEL COM O RITO DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A revisão do acórdão recorrido no tocante à regularidade da prestação de contas, demandaria o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, providência incabível no recurso especial, ante o óbice previsto na Súmula 7 desta Corte.

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.482.048/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20.8.2019, DJe 23.8.2019)

Quanto ao mais, a Corte local entendeu pela impossibilidade de ajuizamento de ação de exigir contas por correntista, de forma vaga e genérica, bem como, que eventual discussão sobre a cobrança de juros com base nas informações da instituição financeira, é matéria que refoge dos limites da prestação de contas, cabendo ser tratada em ação revisional ou declaratória de inexistência de débito. Tais fundamentos, não impugnados pela parte recorrente, são suficientes por si sós para manter o acórdão, que, por consequência, não pode ser alterado, ante a Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a caracterização da relação como de representação comercial. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ.

2. A subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, e a apresentação de razões insuficientes para compreensão da controvérsia ou dissociadas, impõe o reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.214.531/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27.8.2019, DJe 30.8.2019)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora